

## OS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UEPB E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Rafael França Rodrigues<sup>1</sup>  
Verônica Pessoa da Silva<sup>2</sup>  
Elisabete Carlos do Vale<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente artigo sistematiza as atividades de pesquisa realizadas no projeto de Iniciação Científica, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia. Esse estudo tem como objetivo geral: Refletir sobre as concepções e a oferta da Educação de Jovens e Adultos no currículo dos cursos de Pedagogia existentes na Universidade Estadual da Paraíba, especialmente nos Campus I e III da UEPB. Para tanto, desenvolve-se uma metodologia de abordagem qualitativa de caráter comparativo, fazendo uso da Entrevista Semiestruturada como instrumento de coleta de dados. A construção do objeto de estudo se deu por meio das contribuições teóricas de autores e autoras, como: Caprara e Machado (2024), Prudente (2024), Aranha (2006), entre outros, além da análise dos PPC's dos Campi I e III, bem como da legislação vigente acerca dos marcos teóricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A pesquisa de campo identificou que, no que se refere à reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, o Campus I já concluiu esse processo ao tempo em que o Campus III encontra-se na etapa de finalização, fato que, em certa medida justifica o descompasso identificado na estrutura curricular e na oferta da Educação de Jovens e Adultos nos Cursos. Além disso, os resultados reforçam a importância dessa modalidade educativa, no campo da formação docente, especialmente nos Cursos de Licenciatura, visto que a demanda de escolarização no país e estado da Paraíba é crescente e ainda apresenta déficits consideráveis. A análise apontou distinções na oferta da EJA tanto área de aprofundamento quanto componente curricular nos Cursos de Pedagogia dos Campi I e

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação em Pedagogia; Universidade Estadual da Paraíba; Guarabira/PB; e-mail: [rafael.franca@aluno.uepb.edu.br](mailto:rafael.franca@aluno.uepb.edu.br)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba; Guarabira/PB; e-mail: [veronicapessoa@servidor.uepb.edu.br](mailto:veronicapessoa@servidor.uepb.edu.br) ;

<sup>3</sup> Professora Colaboradora da Pesquisa do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande/PB; e-mail: [elisabete.vale@servidor.uepb.edu.br](mailto:elisabete.vale@servidor.uepb.edu.br);

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



III. Em ambos os Cursos analisados contata-se a valorização da EJA tanto no currículo quanto nas ações desenvolvidas no campo da extensão e da pesquisa.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um campo de disputas e resistências no contexto educacional brasileiro. Ao longo dos anos, sua presença nos cursos de formação docente tem sido marcada por avanços e desafios.

Nesta perspectiva, o presente estudo analisa como os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba nos Campi I (Campina Grande) e III (Guarabira) estruturam a EJA em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's), bem como essa oferta se dá nas práticas pedagógicas e nas ações de ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa se insere nas atividades do grupo de pesquisa intitulado PELEJA - Pesquisas e Estudos em Letramentos de Jovens e Adultos e está vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2024-2025, sob orientação da Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva, no qual atuo como bolsista de Iniciação Científica. Esse estudo tem como objetivo geral: Refletir sobre as concepções e a oferta da Educação de Jovens e Adultos no currículo dos Cursos de Pedagogia existentes na Universidade Estadual da Paraíba, especialmente nos Campi I e III da UEPB, cujo seu objetivo específico se compreende em:

- Revisitar a história do Curso de Pedagogia no Brasil e a trajetória da Educação de Jovens e Adultos nessa constituição;
- Conhecer os PPC's dos Cursos de Pedagogia do Campus I e III da UEPB, compreendendo os processos de construção e reformulação a partir dos quais se deram sua constituição;
- Mapear às concepções e o perfil da/o Pedagoga/o instituídos no PPC dos Cursos de Pedagogia do Campus I e III da UEPB;
- Identificar o lugar que a Educação de Jovens e Adultos ocupa no Curso de Pedagogia do Campus I e III da UEPB;
- Delinear como tem se dado a oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia do Campus I e III da UEPB;
- Realizar entrevistas com os/as membros/as do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Pedagogia do Campus I e III, afim de compreender o lugar que a Educação de Jovens e Adultos ocupa no currículo desses Cursos;

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



- Construir narrativas teórico-metodológicas que fortaleçam a Educação de Jovens e Adultos como campo de conhecimento, modalidade da Educação Básica e política pública.

Nesse sentido, desenvolve-se uma metodologia de abordagem qualitativa de caráter comparativo, fazendo uso da Entrevista Semiestruturada como instrumento de pesquisa. Foram realizadas ações de leituras, criações de fichamentos, análises dos PPC do curso de Pedagogia, participação em *webinários*, criação de minicurso com ênfase na EJA, realizado no campus III e reuniões semanais. O trabalho reuniu autores para fundamentação teórica como Aranha (2006), Caprara e Machado (2024), Prudente (2024) entre outros, que contribuíram para melhor compreensão da história da Pedagogia no Brasil com ênfase na trajetória da Educação de jovens e Adultos, permitindo assim, um olhar mais crítico nas análises realizadas dos PPC's do curso de Pedagogia dos campi I e III. O relatório é compreendido em material e métodos, que apresentam algumas reflexões dos (as) autores (as), assim como, também, traz as Diretrizes Curriculares de Educação de Jovens e Adultos para dialogar com a proposta da pesquisa que vai servir como material de base juntamente com os PPC's dos cursos de Pedagogia dos Campi I e III para *sulear*<sup>4</sup> esse trabalho, partindo de uma perspectiva de análise comparativa entre os campos, os resultados dispõem das articulações e movimentos desse processo de análise, evidenciando que ambos foram elaborados em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006). Apesar de apresentarem estruturas curriculares semelhantes, identificaram-se diferenças significativas quanto à abordagem da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As discussões e conclusão mostram que os dados levantados evidenciam que o Campus III apresenta um compromisso mais claro com a formação de pedagogos voltados à atuação na EJA, uma modalidade que historicamente tem atendido sujeitos excluídos da educação formal.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e documental, de caráter comparativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por buscar compreender, comparar e

---

<sup>4</sup> Termo utilizado na perspectiva das discussões das Epistemologias Sul, cujas propostas epistemológicas se identificam e buscam validar os conhecimentos nascidos nas lutas sociais contra a opressão, inspiradas, sobretudo nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos.

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) de Pedagogia e suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da análise de documentos, bibliografias e produções acadêmico-científicas. A pesquisa documental tem como base os PPC's oficiais dos cursos de Pedagogia dos campi I e III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

As principais atividades desenvolvidas envolveram: (1) Leitura e discussão do Projeto de Pesquisa; (2) Reuniões sistemáticas com o grupo de pesquisa - PELEJA; (3) Fichamento e elaboração de sínteses de textos teóricos; (4) Participação em *webinários*, *lives* e palestras sobre a Temática da EJA; (5) Leitura e análise dos PPCs dos cursos de Pedagogia da UEPB (Campi I e III) e (6) Realização de entrevistas com membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos dois Cursos em questão.

As atividades ocorreram entre outubro de 2024 e agosto de 2025, de forma presencial e remota, utilizando ferramentas como *Google Meet*, *Google Drive* e *WhatsApp* para organização e comunicação entre os membros. Essa medida foi tomada ao tempo em que se aguardava a aprovação do Comitê de ética da pesquisa com humanos, para iniciar os diálogos por meio das entrevistas. As entrevistas foram realizadas no período de julho e agosto (2025), etapa que compreende a coleta do material em relação às contribuições dos PPCS para o ensino da EJA aplicada nas instituições de ensino superior, Campi I e III.

Para a construção do pensamento crítico, comprometido com as realidades e vivências reais que permeiam a modalidade EJA, foram realizados estudos como a obra de Maria Lúcia de Arruda Aranha, intitulada *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*, que aborda de maneira abrangente o processo educativo ao longo do tempo, considerando os contextos sociais, econômicos e educacionais que influenciaram a prática pedagógica desde a Antiguidade até os dias atuais. Neste momento, contudo, destaco como eixo central de análise sucinta a trajetória da educação no Brasil, com ênfase na pedagogia, fazendo alguns recortes históricos temporal, partindo do final do século XIX para o XX até os dias contemporâneos. Além disso, foi realizada uma análise comparativa dos PPC's do Curso de Pedagogia do Campus (Campina Grande) e Campus III (Guarabira), cujas discussões foram acrescidas da realização de entrevistas com membros do NDE de ambos os campi.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



Para a construção do pensamento crítico, comprometido com as realidades e vivências reais que permeiam a modalidade EJA, foram realizados estudos como a obra de Maria Lúcia de Arruda Aranha, intitulada *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*, que aborda de maneira abrangente o processo educativo ao longo do tempo, considerando os contextos sociais, econômicos e educacionais que influenciaram a prática pedagógica desde a Antiguidade até os dias atuais. Neste momento, contudo, destaco como eixo central de análise sucinta a trajetória da educação no Brasil, com ênfase na pedagogia, fazendo alguns recortes históricos temporal, partindo do final do século XIX para o XX até os dias contemporâneos. A autora apresenta, de forma concisa e esclarecedora, os principais marcos históricos da Primeira República (1889–1930), passando pela redemocratização do Estado em 1985, até os desafios atuais.

De acordo o texto, especificamente na Primeira República (1889-1930), conhecida também como República Velha, o governo era marcado por práticas que privilegiavam a elite em suas tomadas de decisões políticas. Com o advento do federalismo, os estados passaram a ter mais autonomia para cuidar de seus próprios interesses. No entanto, como toda ação gera consequências, essa descentralização acabou resultando no descaso com a educação básica, que ficou em segundo plano nas prioridades governamentais.

O Governo Federal do Brasil ficou responsável, principalmente pelo ensino superior e secundário, níveis que, na prática, dialogavam com os interesses da elite e a favoreciam. Já a educação primária foi atribuída aos estados, muitos dos quais não dispunham de recursos suficientes para garantir uma formação de qualidade às camadas populares. Diante disso, a autora destaca a existência de um movimento de invisibilização e negligência que reforça um sistema educacional dual. Esse modelo beneficia determinados grupos sociais, ao mesmo tempo em que ignora as experiências, vivências e realidades de outros, subordinando suas necessidades e interesses aos privilégios de uma minoria.

Nesse sentido, vale destacar que, no final do século XIX, o debate sobre a educação no Brasil ganhou maior visibilidade/força, por meio da realização de conferências pedagógicas, da criação de bibliotecas e museus, bem como da publicação de trabalhos científicos voltados à pedagogia. Diante desse contexto, o Estado passou a adotar um modelo de escolarização baseado na escola seriada, que se consolidaria nas primeiras décadas do século XX. Esse modelo organizava o ensino em séries e anos

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



escolares, estabelecendo normas, métodos e procedimentos padronizados, além de impulsionar a construção de prédios escolares, sobretudo os chamados grupos escolares. No entanto, o acesso efetivo à educação permaneceu como uma problemática estrutural. Apesar dos avanços formais e da tentativa do Estado de impor uma nova lógica educativa, marcada pela ordem, disciplina e controle dos corpos inseridos no processo de ensino e aprendizagem, o sistema não conseguiu garantir a inclusão.

Ainda nesse período, surgem as escolas normais, voltadas à formação de professores, ao mesmo tempo em que se evidencia o alto índice de analfabetismo, a influência do pensamento positivista (a educação como ferramenta de controle de corpos disciplinados e obedientes), socialismo (defendia que o Estado deveria garantir o direito de acesso à educação para todos sujeitos e assumir um papel mais ativo nesse processo) e o surgimento de escolas modernas de inspiração anarquista, que foi trazida pelos imigrantes italianos e espanhóis, que por sua vez, criticaram a educação estatal por considerá-la um instrumento da classe dominante e, por isso, criaram suas próprias instituições educativas. Como destaca Aranha (2006, p. 324), “os anarquistas conseguiram fundar várias ‘escolas operárias’ em quase todos os estados brasileiros. Essas escolas eram conhecidas como escolas modernas ou escolas racionalistas” que defendiam a coeducação (convívio/relação entre menino e meninas no âmbito educacional) e o ensino laico que permitia combater toda forma de intolerância religiosa, propostas que logo foram reprimidas.

A taxa de analfabetismo, conforme o texto, que atingia cerca de 80% da população na década de 1920, reforça o abismo educacional existente entre o discurso republicano e a realidade vivida pela maioria do povo brasileiro. Essa conjuntura se estende pelas décadas seguintes, atravessando a Era Vargas (1930–1945) e a República Populista (1945–1964).

Em 1932, ocorreu a promulgação do manifesto dos pioneiros da Escola Nova que foi um grande símbolo na luta para uma escola laica, gratuita, única, obrigatória e de acesso a todos, esse documento foi assinado por 26 educadores, dentre eles, figuras como o Anísio Teixeira (Bahia 1925) e Fernando de Azevedo (Distrito Federal 1928) que atuou em favor desse manifesto.

Contudo, mesmo com essa força da Escola Nova, essa divisão entre a escola da elite e a escola para o trabalho se mostrou muito resistente. O secundário continuou sendo



a porta de entrada para a universidade da elite, enquanto o ensino profissional era visto nesse lugar de menor visibilidade. Consoante o texto, essa tensão explodiu na discussão da primeira LDB, que foi aprovada em 1961. Vale ressaltar que, em 1946, ela já estava sendo elaborada e, em 1948, foi apresentado um anteprojeto pelo ministro da Educação Clemente Mariani, que foi coordenado por Lourenço Filho. Nesse processo de construção houve a participação de outros educadores, isto é, não foi elaborado, pensado e construído de forma isolada, mas tecido por outras mãos também. Os defensores do ensino privado, muitos deles ligados à Igreja Católica, insistiam na manutenção de sistemas educacionais separados, justificando por meio de ideologias religiosas que a verdadeira educação ocorria por meio de princípios cristãos. Essa posição revela, de maneira explícita, a presença de um sistema religioso opressor que, por meio do controle e da imposição, buscava preservar um modelo tradicional de ensino. Tal perspectiva, além de excludente, carrega uma visão limitada, discriminatória e, sobretudo, intolerante, contrariando os princípios de uma educação democrática e plural, de acessibilidade a todos.

Esse atrito entre democratização e elitismo entra em uma nova fase com a ditadura militar (1964–1985). O regime trouxe um modelo bem diferente: o tecnicista, que visava formar mão de obra para o mercado e atender às necessidades econômicas, com o intuito de manter o controle ideológico.

Nessa conjuntura de ditadura surgiram vozes críticas relevantes, como a pedagogia de Paulo Freire, focada na conscientização e no diálogo, partindo do lugar em que o aluno está imerso, isto é, do contexto socioeconômico, respeitando as especificidades existentes nas realidades desses sujeitos, indo na contramão desse tecnicismo todo. Surgiram outras figuras críticas, como a pedagogia de Dermeval Saviani a Histórico-Crítica, que visava superar/romper o papel da escola como reprodutora de desigualdades.

Na década de 1980, a autora destaca que as teorias construtivistas vinham ganhando mais força em solo brasileiro, e um dos seus objetivos era superar a pedagogia tradicional. Com a Constituição Federal de 1988, o direito ao acesso ao ensino público em todo o percurso de formação educacional foi assegurado a todas as pessoas, bem como a valorização dos professores.

Portanto, frente a esse recorte histórico-temporal do debate pedagógico no Brasil, é notório que muitos problemas educacionais ainda persistem hodiernamente. Ao longo

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



desse percurso, a educação brasileira foi moldada por diferentes ideologias, reformas e contextos políticos, incluindo repúblicas, ditaduras e transformações econômicas e sociais. Nessa direção, faz-se necessário que a educação seja um direito garantido a todos, e que responda às necessidades reais da população brasileira, para além do papel, com o objetivo de combater, superar e diminuir as desigualdades existentes no país.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000). Esse documento nos convida a repensar e organizar a EJA no Brasil, reconhecendo que jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de concluir ou a possibilidade de continuar sua formação por fatores externos (sociais, culturais e econômicos) e internos (emocional e saúde) durante a sua trajetória/desenvolvimento humano de vida, possam, assim, gozar/desfrutar do direito de aprender a ele amparado e terminar seu ensino respeitando suas especificidades culturais, sociais e econômicas.

A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. (Art. 179, 32). Contudo, a titularidade da cidadania era restrita aos livres e aos libertos. Num país pouco povoado, agrícola, esparso e escravocrata, a educação escolar não era prioridade política e nem objeto de uma expansão sistemática. Se isto valia para a educação escolar das crianças, quanto mais para adolescentes, jovens e adultos. A educação escolar era apanágio de destinatários saídos das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. Para escravos, indígenas e caboclos - assim se pensava e se praticava - além do duro trabalho, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica. O acesso à leitura e à escrita eram tidos como desnecessários e inúteis para tais segmentos sociais. (Brasil, 2000, p. 13).

O documento nos ajuda a respeitar/compreender as histórias, memórias e narrativas dos corpos historicamente marcados pela exclusão social, oportunizando esses sujeitos a se posicionar criticamente e participar ativamente dentro da sociedade brasileira, conhecendo e reconhecendo suas potencialidades.

Ademais, o artigo intitulado Contribuições para uma educação escolar antirracista: bell hooks e a pedagogia engajada dos autores Caprara, Bernardo Mattes, e Machado, Lucas Antunes (2024), traz contribuições para uma educação escolar antirracista e discute os fundamentos da obra educacional da autora bell hooks. Conforme o texto, a autora propõe uma pedagogia comprometida com a justiça social e com a igualdade, não se limitando apenas ao ensino de conteúdos escolares, mas buscando

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.





combater o racismo, o machismo, o sexismo, a intolerância religiosa e todas as outras formas de opressão. Trata-se de uma proposta de ruptura com o pacto narcísico da branquitude, que mantém corpos não negros em posições de privilégio, visibilidade, ascensão e poder.

O pacto da branquitude se relaciona com uma espécie de herança internalizada por pessoas brancas, que não se veem racializadas, justamente pelo fato de serem brancas – o/a branco/a é entendido/a como universal e, dessa forma, não é racializado/a. (Caprara; Machado, 2024, p. 32).

Nessa direção, o artigo faz uma crítica ao ensino tradicional/bancário, na qual muitas das vezes as ações pedagógicas não levam em consideração as realidades, as vivências e especificidades das pessoas mais afetadas socialmente, economicamente, historicamente e culturalmente. Portanto, é preciso que a linguagem, as metodologias e as ações pedagógicas rompam e recusem o ensino bancário que desconhece as outras formas de interações e relações sociais.

Além disso, O ensaio de Sérgio Prudente intitulado ‘*A necessidade de resistir a pedagogia inadequada*’, a partir dos pensamentos de Bertrand Russell, Deleuze e Freud discute os efeitos da pandemia sobre o ensino universitário e faz uma crítica profunda à transformação da educação, vista como um produto, ao mesmo tempo em que defende a aula como um espaço de encontro, socialização, histórias, memórias, de desenvolvimento da autonomia, criação e liberdade intelectual. Assim, de acordo com Sérgio Prudente (2024, p. 1), “com isso, veio o fantasma daquilo que representa o ápice da precarização do trabalho e da obsolescência do professor em sala de aula: o ensino a distância (EaD)”.

Referente a análise comparativa dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC’s) dos campi I e III do curso de Pedagogia da UEPB revela que embora apareçam e reconheçam a relevância da modalidade Educação de Jovens e Adultos no processo de formação docente, elas são apresentadas de modo singular pelas duas organizações curriculares. No Campus I, a EJA aparece como parte do currículo obrigatório com a oferta das disciplinas “Educação de Jovens e Adultos I” e “Educação de Jovens e Adultos II” que têm uma abordagem, em suas ementas, teórico-prática e que dialoga com os aspectos históricos, políticos e pedagógicos da EJA. A matriz curricular, embora trate do tema, não estabelece áreas de aprofundamento específicas voltadas para essa modalidade. Portanto, o

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



tratamento dado à modalidade, ainda que pertinente, não propõe aprofundamentos específicos que levem o estudante a mergulhar mais diretamente na realidade da EJA.

O Campus III apresenta uma proposta mais estruturada, integrada e com maior valorização da EJA como campo de atuação docente. A EJA não só aparece como tema curricular, mas também é considerada uma das áreas de aprofundamento do curso, com um conjunto de disciplinas voltadas exclusivamente para essa modalidade como “História da EJA”, “Fundamentos e Metodologia do Ensino da EJA”, “Legislação e Financiamento da EJA” e “Estágio Supervisionado III”. Além das bases teóricas, o curso oferece uma abordagem prática por meio de estágios supervisionados voltados para a EJA, também ofertada no campus I. Além disso, o tema é acolhido pelas linhas de pesquisa como “Educação Popular”, “Movimentos Sociais e Populares”, “Educação do Campo” entre outros, o que fortalece a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo que o estudante desenvolva um olhar mais crítico, sensível, comprometido e engajado com a realidade dos sujeitos jovens e adultos que retornam à escola, muitas vezes em contextos marcados por ausências de oportunidades, por uma realidade agressiva e violenta durante suas fases de desenvolvimento humano, ou seja, por exclusões históricas.

Em resumo, os dois campi valorizam a EJA, mas o Campus III oferece uma visibilidade maior quanto à formação dos estudantes, ao possibilitar o contato com essa temática.

O Projeto Pedagógico do curso de pedagogia da UEPB, Campus III e I foi elaborado e aprovado em 2016. Apesar de estarem localizados em contextos geográficos diferentes, os cursos de Pedagogia do Campus I (Campina Grande) e do Campus III (Guarabira) da UEPB compartilham a mesma base legal e institucional. Vale destacar que os dois PPC's precisam passar por reformulações, pois já são antigos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises provenientes do estudo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e das entrevistas realizadas com as integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), ao longo dos meses de julho e agosto de 2025, evidenciaram que, embora os campi I e III estejam fundamentados nas mesmas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs de 2006), os documentos apresentam defasagens que demandam revisão e atualização, com vistas a fortalecer a centralidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na formação docente.

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



No percurso investigativo, os aportes teóricos de Caprara, Bernardo Mattos e Machado, bem como de autores como bell hooks (Pedagogia engajada), Paulo Freire (Pedagogia da autonomia) e Sérgio Prudente (críticas à mercantilização do ensino), entre outros(as) teóricos(as) críticos(as) da educação, foram fundamentais para compreender os desafios e potencialidades da formação de professores comprometidos com a justiça social e com uma prática pedagógica emancipadora.

De maneira geral, o NDE é reconhecido como instância estratégica e essencial para garantir a coerência curricular e promover o acompanhamento crítico dos processos formativos. A entrevista realizada em julho de 2025, de forma remota, com a Profa. Dra. Taises Araujo, representante do Campus III, revelou que o PPC vigente inclui componentes específicos relacionados à modalidade, tais como *História da EJA e Fundamentos e Metodologia da EJA*, além da previsão de estágios supervisionados voltados à área. Contudo, constatou-se que o PPC de 2016 foi estruturado de modo a oferecer a EJA como área de aprofundamento opcional em alternativa à Gestão, o que resultou na baixa procura pela modalidade e, conseqüentemente, na não oferta efetiva desses componentes ao longo dos anos.

Essa configuração foi identificada pelo NDE como problemática, pois a obrigatoriedade de escolha entre apenas duas áreas de aprofundamento tem limitado o acesso dos estudantes à formação em EJA, contribuindo para a invisibilidade da modalidade no currículo e fragilizando a preparação de educadores(as) para atuar em contextos de diversidade e vulnerabilidade social. De acordo com a entrevistada, ainda que o PPC contemple um componente de estágio em EJA, na prática, este não tem sido ofertado, gerando um descompasso entre a previsão curricular e a realidade formativa do curso. Em resposta a esse cenário, o NDE tem articulado esforços para reestruturar o PPC, de modo a tornar a EJA um componente obrigatório e de acesso universal para todos(as) os(as) estudantes do curso de Pedagogia.

No Campus I, a entrevista com a Profa. Elisabete Vale, realizada em agosto no turno noturno, indicou que o PPC contempla a EJA de forma pontual, por meio de dois componentes obrigatórios (EJA I e EJA II), sem oferta de estágio supervisionado específico ou área de aprofundamento. Essa estrutura curricular limita a vivência prática dos estudantes e restringe a compreensão crítica sobre a complexidade da modalidade.



Constatou-se, assim, que, embora a EJA seja amplamente reconhecida como campo fundamental para o cumprimento da função social do pedagogo, ela ocupa posição periférica nos PPCs analisados. A ausência de estágio supervisionado específico em ambos os campi foi consenso entre as entrevistadas, sendo apontada como uma das maiores fragilidades da formação atual, pois compromete a construção de competências profissionais necessárias para atuação crítica e qualificada na modalidade.

Apesar das lacunas identificadas, as entrevistadas também indicaram caminhos para o fortalecimento da EJA no currículo. Entre as propostas destacadas estão: tornar a modalidade componente obrigatório para todos os estudantes; instituir estágio supervisionado específico; criar linhas de pesquisa articuladas com Educação Popular e Movimentos Sociais; e vincular a EJA à curricularização da extensão, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Educação.

Em síntese, os resultados revelam que a EJA permanece marginalizada nos PPCs dos campi I e III, embora haja reconhecimento de sua relevância por parte do NDE. Diante disso, evidencia-se a urgência de reposicionar a EJA como eixo estruturante da formação pedagógica, assegurando não apenas sua presença formal nos documentos curriculares, mas também a implementação prática, a vivência pedagógica, a pesquisa e a extensão voltadas para essa modalidade. Tal reposicionamento é essencial para a formação de docentes comprometidos com a superação das desigualdades educacionais históricas do Brasil e alinhados a uma perspectiva emancipadora e socialmente referenciada de educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidenciou a relevância da inclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos cursos de Pedagogia, destacando a urgência de currículos que dialoguem efetivamente com a diversidade dos sujeitos que retomam sua trajetória escolar. As análises demonstram que ambos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) necessitam ser revisados e atualizados, de modo a promover uma articulação mais consistente em torno da EJA.

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



Essa atualização deve contemplar práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as especificidades sociais, históricas e culturais do público atendido, assegurando a formação de docentes comprometidos com a inclusão, o respeito às diferenças e a promoção da justiça social. Assim, reforça-se a necessidade de uma formação docente crítica, emancipadora e alinhada às demandas reais desses sujeitos, superando abordagens superficiais e tecnicistas.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, v. 3, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Seção 1**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Seção 1**, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: maio de 2000.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 2002.

CAPRARA, Bernardo Mattes; MACHADO, Lucas Antunes. Contribuições para uma educação escolar antirracista: bell hooks e a pedagogia engajada. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 18, n. 40, p. 23-37, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2028/1230> .

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1987.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Agência de Notícias IBGE**, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467>.

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.



PRUDENTE, Sérgio. A necessidade de resistir à pedagogia inadequada: ensaio sobre a estranha arte de dar aulas, a partir dos pensamentos de Bertrand Russell, Deleuze e Freud. **Jacobin Brasil**, 07 mar. 2024. Acesso em: 14 novembro de 2024.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Cursos de Pedagogia no estado da Paraíba: uma análise de oferta, perfis institucionais e organização curricular. **Paradigma**, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024023, set. 2024.

UEPB. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Pedagogia (Licenciatura)** / Universidade Estadual da Paraíba CH ; Núcleo docente estruturante. Guarabira: EDUEPB, 2016. 151 f. ; il.

UEPB. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Pedagogia (Licenciatura)** / Universidade Estadual da Paraíba CEDUC ; Núcleo docente estruturante. Campina Grande: EDUEPB, 2016. 176 f. ; il.

Trabalho de pesquisa fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UEPB/CNPq, cota 2024-2025, vinculado ao grupo de pesquisa PELEJA – Pesquisas e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III (Guarabira/PB), Departamento de Educação/Curso de Pedagogia.

